

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
MOÇÕES DO COMITÊ DE GÊNERO E SEXUALIDADE (2019-2020)

O Comitê de Gênero e Sexualidade (Gestão 2019-2020) da Associação Brasileira de Antropologia, em reunião virtual realizada no dia 05 de Novembro de 2020, às 17h, baseando-se na defesa dos direitos fundamentais garantidos por nossa Constituição Federal, decidiu coletivamente propor à aprovação da Assembleia da ABA as seguintes moções, a serem divulgadas nos canais da ABA, e encaminhadas ao Ministério Público Federal:

- 1) A Associação Brasileira de Antropologia reafirma a relevância do reconhecimento e respeito constitucionalmente previstos às múltiplas configurações familiares e recusa uma visão limitada de "família" que vem sendo instrumentalizada por discursos, práticas e políticas governamentais para restringir direitos e vulnerabilizar populações variadas;
- 2) Frente à diversidade de experiências de mulheres e meninas, em termos de classe, raça, origem regional e condições de vida, a Associação Brasileira de Antropologia defende a manutenção e a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos, inclusive o direito de acesso ao aborto seguro nos casos previstos em lei, atualmente sob ameaça;
- 3) A Associação Brasileira de Antropologia reafirma a importância crucial da categoria gênero para a análise e promoção de políticas públicas, notadamente no campo da Educação, Saúde, Direitos Humanos, Combate e Prevenção à Violência contra Mulheres, Pessoas Negras, Indígenas, LGBTI+, com Deficiência, Crianças e Idosas. Enfatiza a relevância das pesquisas sócio-antropológicas em gênero e sexualidade e do conhecimento produzido nesse campo para o enfrentamento da desigualdade social e da violência que vêm singularizando nosso país, ressaltando a necessidade de garantir suas condições de realização e financiamento;
- 4) A Associação Brasileira de Antropologia expressa extrema preocupação diante da crescente violência de Estado contra populações pobres e racializadas no Brasil, que também incide sobre sujeitos LGBTI+, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas e outros grupos sociais vulnerabilizados, resultando no agravamento das desigualdades. Posiciona-se enfaticamente pela defesa do direito à vida e à dignidade dessas populações como princípios fundamentais do Estado democrático, especialmente no

contexto de aprofundamento das desigualdades sociais propiciado pela pandemia de COVID-19;

- 5) A Associação Brasileira de Antropologia repudia veementemente a difusão de discursos de ódio que desumanizam pessoas e minorias e se materializam em violências contra determinados grupos sociais. Recusa uma dinâmica de atribuição de direitos a sujeitos idealizados, que despreza as concretas experiências de violação de direitos que vivemos em nosso país;
- 6) A Associação Brasileira de Antropologia destaca a preocupação com posições públicas do governo federal em instâncias e organismos internacionais, as quais se concretizam em retrocessos em termos de direitos sexuais e reprodutivos.

32ª Reunião Brasileira de Antropologia,

05 de novembro de 2020.